

FRANCISCO DIRCEU BARROS

Procurador Geral de Justiça

ACORDOS CRIMINAIS



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Acordos Criminais

© Francisco Dirceu Barros

J. H. MIZUNO 2020

Revisão: José Silva Sobrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B277a	<p>Barros, Francisco Dirceu.</p> <p>Acordos criminais / Francisco Dirceu Barros. – Leme, SP: JH Mizuno, 2020.</p> <p>312 p. : 14 x 21 cm</p> <p>Inclui bibliografia</p> <p>ISBN 978-65-5526-061-8</p> <p>1. Acordos criminais. 2. Direito penal. 3. Processo penal – Brasil. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 345.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à
J. H. MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210
Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br
e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01

Noções Gerais Sobre os acordos criminais	25
1.1. Breves considerações	25
1.2. Resposta estatal ao crime	31
1.3. Sistemas de justiça: os modelos clássico e moderno do enfrentamento de casos delituosos	34
1.4. O acordo de não persecução penal e a garantia constitucional de celeridade.	35
1.5. Os modelos de acordos criminais	36
1.6. O processo de expansão do direito penal e os acordos criminais ..	38
1.7. Os acordos criminais e o princípio acusatório.....	43
1.7.1. O princípio acusatório	43
1.8. Os acordos criminais e a mitigação do princípio da obrigatoriedade da ação penal	50

CAPÍTULO 02

Princípios estruturantes dos acordos criminais	55
1. Princípio da eficiência na persecução penal.....	56
2. Princípio da efetividade	59
3. Princípio da economia procedimental	63
4. Princípio da minimização dos danos causados à vítima	64
5. Princípio da voluntariedade objetiva	66
6. Princípio da informação integral	67

7. Princípio dos indícios criminais veementes	68
8. Princípio da correlação entre fatos narrados e a condição equiparada acordada.....	68
9. Princípio da segunda velocidade no Processo de Expansão do Direito Penal	69
10. Princípio da não persecução adversarial.....	69
11. Princípio da tutela da expectativa consensual legítima	72
12. Princípio da disponibilidade da ação penal pública	73
13. Princípio da divisibilidade na ação penal pública.....	74
14. Princípio da simplicidade/informalidade	75
15. Princípio da instrumentalidade das formas consensuais	77
16. Princípio da bilateralidade	79
17. A observância dos tratados internacionais	79

CAPÍTULO 03

Acordo de não persecução penal.....	83
1. Conceito	83
1.1. Natureza Jurídica	85
1.1.1. A resolução 183 e sua validade remanescente após a publicação da Lei nº 13.964/19.....	86
1.2. Acordo de não persecução penal: as penas e as terminologias	90
1.3. O acordo de não persecução penal e as opções diversionistas.....	94
1.4. O acordo como direito subjetivo do acordante.....	96
1.5. Requisitos do Acordo de Não Persecução Penal.....	99
1.5.1. Hipóteses de cabimento do Acordo de Não Persecução Penal.....	100
1.5.2. Dos requisitos primários.....	100
1.5.3. Dos requisitos secundários.....	100
1.5.4. Requisito subjetivo personalíssimo	101
1.6. Dos requisitos primários	101

I.6.1. Estudo dos requisitos primários	102
I.6.1.1. Requisito primário número 01: não ser o caso de arquivamento;	102
I.6.1.2. Requisito primário número 02: o investigado deve confessar formal e circunstanciadamente a prática de infração penal;	103
I.6.1.2.1. Elementos da confissão válida	107
I.6.1.2.2. Requisitos formais:.....	107
I.6.1.2.3. Espécies de confissões vedadas	109
I.6.1.2.4. Relato circunstanciado acerca do fato	110
I.6.1.3. Requisito primário número 03: a infração penal foi cometida sem violência ou grave ameaça	111
I.6.1.4. Requisito primário número 04: a infração penal tem que ter pena mínima inferior a 4 (quatro) anos;	114
I.6.1.5. Requisito primário número 05: aceitação voluntária de condições ajustadas cumulativa e alternativamente.....	116
I.6.1.5.1. A primeira condição ajustada: encontra-se no artigo 28-A, inc. I, do Código de Processo Penal, criado pela Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (<i>lei anticrime</i>), qual seja, reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo:	117
I.6.1.5.2. A segunda condição ajustada	120
I.6.1.5.3. A terceira condição ajustada.....	122
I.6.1.5.4. A quarta condição ajustada.....	123
I.6.1.5.5. A quinta condição ajustada	124
I.7. Dos requisitos secundários (<i>Vedações ao acordo de Não Persecução Penal</i>).....	126
I.7.1. Não pode ser cabível transação penal;	126
I.7.2. O acordante não pode ser reincidente e também não pode haver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas;	128
I.7.2.1. O acordante não pode ser reincidente	130

1.7.2.2. Os elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional.....	131
1.7.3. O investigado não pode ter sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo;	135
1.7.4. A infração penal não pode ter sido praticada no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticada contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor....	136
1.7.4.1. Acordo de não persecução penal e o crime de racismo	139
1.8. Requisito subjetivo personalíssimo	139
1.9. A Formalização do Acordo de Não Persecução Penal	143
1.10. Conclusão e Arquivamento do Inquérito Policial, Procedimento Investigatório Criminal, Peças de Informação e Homologação	146
1.10.1. A Descoberta da Mentira depois do Arquivamento do Inquérito Policial, Procedimento de Investigação criminal ou Notícia de Fato	147
1.10.2. Desarquivamento do procedimento investigatório criminal.	148
1.10.3. Negativa do membro do Ministério Público em propor ANPP	149
1.10.4. Discordância do juiz em homologar ao ANPP	151
1.10.5. Discordância do promotor em propor o acordo de concordância do juiz	151
1.10.6. Interferência do juiz nas condições ajustadas	153
1.11. Necessidade do defensor	154
1.12. Requisitos da homologação	154
1.13. Execução do acordo de não persecução penal	155
1.14. Intimação da vítima	156
1.15. Descumprimento das condições ajustadas	156
1.16. Cumprimento integral do acordo.....	158
1.17. O acordo de não persecução penal em ações de competência originária.	158

1.18. Aspectos práticos relevantes do acordo de não persecução penal	160
--	-----

CAPÍTULO 04

O acordo de não continuidade da persecução penal judicial.....	179
---	------------

1. Breves noções introdutórias do Acordo de Não Continuidade da Persecução Penal.	179
2. Observância dos tratados internacionais	181
3. Análise da possibilidade jurídica do acordo de não continuidade da persecução penal	181
4. O uso da analogia e o acordo de não continuidade da persecução penal	182
5. A lei penal no tempo. Retroatividade da norma processual de natureza híbrida	184
6. O princípio favor libertatis e o acordo de não continuidade da ação penal	192
7. O acordo de não continuidade da persecução penal e o juiz de garantias.....	193
8. A mutatio libelli e o acordo de não continuidade da persecução penal	194
9. Momento da formalização do acordo de não continuidade da persecução penal	196
9.1. Data inicial:	196
9.2. Prazo final:	196
10. Homologação do acordo de não continuidade da persecução penal	199
11. Negativa do juiz em homologar o acordo de não continuidade da persecução penal	200
12. Negativa do promotor em fornecer a proposta do acordo de não continuidade da persecução penal	200
13. Aceitação do juiz e negação do promotor em fornecer a proposta do acordo de não continuidade da persecução penal	200
14. Cumprimento do acordo de não continuidade da persecução penal	201

15. Descumprimento do acordo de não continuidade da persecução penal	201
16. Antecedentes, reincidência e o acordo de não continuidade da persecução penal	202
17. A problemática dos institutos despenalizadoras da Lei 9.099/95	202
18. Enunciado nº 98 da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF	203
19. Aplicação do acordo de não persecução penal e acordo de não continuidade da persecução penal nos tribunais superiores	204

CAPÍTULO 05

Da transação penal.....	209
1. Introdução ao estudo da transação penal	209
1.1. Conceito	209
2. Vedações da transação penal	210
3. Legitimidade para propor a transação penal	211
4. Aceitação da proposta de transação penal	213
5. Discordância do juiz em homologar a transação penal	213
6. Concordância do juiz e discordância do representante do Ministério Público	214
6.1. Divergência entre o autor do delito e seu defensor	216
7. Direito subjetivo versus faculdade regradada	216
8. A transação penal e o concurso de pessoas	217
9. A transação penal e o concurso de crimes	217
10. A transação penal e a tentativa	217
11. Aceitação da proposta de transação penal e cumprimento das condições	217
12. Consequências processuais acerca do descumprimento injustificado da transação penal	218
13. Transação penal após o recebimento da denúncia	219
14. Síntese do procedimento penal sumaríssimo	221

15. A transação penal no Estatuto do Idoso	223
16. Transação penal eleitoral	223
16.1. Análise da Possibilidade de Aplicar o Juizado Especial Criminal aos Crimes Eleitorais	223
16.2. A Transação Penal e os Crimes Eleitorais que Possuem um Sistema Punitivo Especial	228
16.3. O Sistema Punitivo Especial e a Transação Penal com Proposta Previamente Determinada.....	232
17. A transação penal na justiça militar:.....	233
18. A transação penal nos crimes ambientais	234
19. A transação penal e os crimes de trânsito	235
20. A transação penal e o júri	235

CAPÍTULO 06

Suspensão condicional do processo	239
1. Introdução ao estudo da suspensão condicional do processo.....	239
1.1. Conceito.....	239
2. Requisitos e vedações da suspensão condicional do processo	240
2.1. Condições da suspensão condicional do processo.....	248
2.2. Legitimidade para propor a suspensão condicional do processo	249
2.3. Discordância do juiz da proposta de suspensão condicional do processo	251
2.4. Concordância do juiz e discordância do representante do Ministério Público	251
2.5. Direito subjetivo versus faculdade regradada	252
2.6. A suspensão condicional do processo e o concurso de pessoas	254
2.7. A suspensão condicional do processo e o concurso de crimes.....	254
2.8. A suspensão condicional do processo e a tentativa	257
2.9. Cumprimento das condições da suspensão condicional do processo	257

2.10. A extinção da punibilidade pelo cumprimento das condições e os maus antecedentes.....	258
2.11. Descumprimento das condições estipuladas na suspensão condicional do processo	258
2.12. A revogação da suspensão condicional do processo pode ser obrigatória ou facultativa	259
2.13. O descumprimento das condições impostas na suspensão condicional e a conduta social	260
2.14. A suspensão condicional do processo e a desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva	261
2.15. Desclassificação e o júri	264
2.16. Suspensão condicional do processo e júri	268

CAPÍTULO 07

Colaboração premiada.....	271
1. Origem:	271
1.1. Conceito	272
1.1.1. Legitimidade para propor a colaboração premiada	273
1.2. Finalidades da colaboração premiada:	274
1.3. Momento em que pode ser realizada a colaboração premiada	275
1.4. Natureza jurídica da colaboração premiada	276
1.5. Possibilidade jurídica.....	278
1.6. Requisitos para concessão	279
1.7. Colaboração premiada <i>versus</i> delação premiada.....	281
1.8. O crime cometido pelo colaborador quando prestar depoimento falso.....	282
1.9. O caráter personalíssimo da colaboração	282
1.10. A colaboração sem acordo prévio.....	283
1.11. Eficácia da colaboração premiada.....	283
1.12. Os benefícios da colaboração premiada.....	284

I.13. A retratação da proposta de colaboração premiada	285
I.14. O colaborador na condição de informante	285
I.15. Renúncia ao direito do silêncio	285
I.16. A concessão do benefício e a personalidade do colaborador	287
I.17. A colaboração premiada e o princípio do contraditório	287
I.18. A necessidade de homologação do acordo de colaboração premiada	287
I.19. O direito subjetivo à percepção dos benefícios da colaboração ..	289
I.20. Suspensão do prazo para oferecimento de denúncia e da prescrição	289
I.21. Rejeição do acordo	289
I.21.1. O descumprimento de acordo de delação premiada e decretação da prisão preventiva	290
I.21.2. Diversos aspectos relacionados com a homologação do acordo analisados pelo STF	291
I.22. O acordo de leniência	292
I.23. A colaboração premiada e o princípio <i>nemo tenetur se detegere</i>	295
REFERÊNCIAS	297
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	303